

A Documentação Administrativa na Mensagem Presidencial

A MENSAGEM que o Presidente da República acaba de enviar ao Congresso expõe, de modo preciso, ainda que sucinto, a atual situação do país e os problemas que o governo deve enfrentar. Sobre a forma e conteúdo da mesma, de modo geral, têm sido unânimes as referências favoráveis. Percebe-se que em sua elaboração, como no próprio uso do poder, o Presidente aplica a lição que desenvolve num dos trechos da referida mensagem:

“O exercício do governo importa numa constante advertência de equilíbrio e um permanente conselho de sobriedade”.

Se essa sobriedade e equilíbrio cabem nas providências adotadas na esfera política, igualmente devem impregnar as iniciativas tomadas no campo administrativo. Não é outra a impressão que tem o país sobre a conduta do seu mais alto magistrado. Em todos os setores administrativos assume atitude de compreensão, análise e dedicação ponderada. Não lhe seria difícil, imediatamente, alterar normas ou traçar novos rumos. A tudo espregueia, contudo, com prudência, aproveitando o que existe de bom, para realmente chegar ao melhor.

E' de salientar êsse espírito construtivo, quando desenvolve o item da mensagem intitulada:

Administração.

Diz, então aí:

“E”, hoje reconhecida, pacificamente, na grande maioria dos países civilizados a importância das funções de administração geral, consequência da divisão do trabalho e da expansão do campo de influência do Estado”.

Para adiante, acentuar ainda:

“Em verdade, são indiscutíveis as vantagens de submeter tais funções a um trabalho permanente e de caráter uniforme, inspirado em orientação especializada, a cargo de órgãos próprios, criados precisamente para seu desempenho”.

Tudo deixa perceber que as novas idéias não são rejeitadas, porque novas ou porque sugeridas por êste ou aquêle partido, mas porque valem por si mesmas e no caso, apoiadas em experiência proveitosa de países democráticos, como os Estados Unidos e Inglaterra, de eficiência não desmentida, há mais de 50 anos, em organização de serviços públicos.

Realmente digna de ressaltar, na consideração do problema da administração geral, é o relêvo que empresta à documentação administrativa, textualmente dêste modo:

“Resta examinar o setor Documentação, de suma importância para a administração democrática. Informando o público a respeito dos assuntos de seu interesse e prestando contas das atividades do Governo, a Documentação facilita, além disso, pela coleta sistemática dos elementos informativos, a orientação dos responsáveis pela coisa pública”.

“Ela concorre para que os assuntos não tenham solução demorada ou, em sendo decididos prontamente, fiquem evitados de forte dose de empirismo ou improvisação. Para sua maior eficiência, torna-se indispensável a existência de um sistema de documentação administrativa em que cada órgão condense a documentação dos que lhes estão hierarquicamente subordinados, de modo que possa o Governo, a qualquer momento, possuir uma rápida síntese do panorama geral da administração pública, para, lastreando as suas decisões, poder imprimir-lhe um sentido conforme a realidade”.

Ora, a documentação administrativa, é um desses problemas, que entre nós no seu verdadeiro sentido, despontam apenas, nos serviços públicos. E’ abordado, pela primeira vez, em mensagem presidencial, recebendo, por isso, impulso e estímulo que sua importância justifica.

Cumprir notar que é logo posto, em seus devidos termos, nos aspectos que tem de mais eficaz. A reunião e preparação do documentário que vai servir de fonte de informação e de auxílio para solução de problemas em bases objetivas — é tão evidente como um recurso de alta significação para estudo e análise de questões de interesse coletivo que, na verdade, é desnecessário insistir nisso.

E’ de louvar a precisão e presteza com que o Presidente dominou o problema, traçando-lhe dos seus aspectos, o de maior importância prática imediata.

Não é, pois, de duvidar-se que a documentação, como coletânea de informações, sob seu aspecto estático, ou morta como é designada no caso, venha também a se desenvolver como manancial valioso em atividades divulgadoras e de instrução em cada órgão, no seu setor respectivo. A documentação “viva” que não se limita a acumular dados e esperar os consulentes, mas que vai a eles, aos interessados, ao público, sob as formas mais amplas de difusão de conhecimentos, levar cada serviço correspondente dos ministérios e órgãos, a um esforço de expor o que conhece, o que acumulou e o que por experiência própria e alheia foi dado a conhecer aos burocratas e técnicos nos setores respectivos.

Louvâmo-la como uma das mais poderosas formas de aperfeiçoamento dos serviços públicos e de seus funcionários, com inegáveis vantagens para os administradores que encontrarão, aí, não só o passado, mas também as tendências e sugestões para solução de problemas novos.